

ENERGIA CONTRA A POBREZA

A diabólica coincidência da pandemia e da vaga de frio empurrou muita gente para a situação de ficar fechado em casa e não poder abrir janelas. À insalubridade do ambiente fechado sem renovação de ar juntou-se a necessidade de manter aquecimentos no máximo. Mais uma vez, a resultante denunciou o que há muito se conhece: o desconforto térmico das casas portuguesas é insustentável economicamente e insuportável fisicamente numa percentagem demasiado grande de habitações no nosso país. Como o Expresso bem noticiou recentemente, as estatísticas europeias (EU-SILC) mostram que mais de 30% das habitações têm problemas graves de infiltração e apodrecimento, com tudo o que isso também implica de graves impactos na saúde.

Para um país como o nosso, fortemente envelhecido, com uma agravada desigualdade social e, para mais, com um enfraquecido SNS e, pior ainda, sujeito às tremendas pressões da pandemia, o quadro da chamada pobreza energética fica exposto de forma aguda. É assim que neste país de clima ameno se morre mais de frio do que nos países do Centro e Norte da Europa.



Qualidade Devida
Luísa Schmidt

sociedade@expresso.impresa.pt

Se a má qualidade de construção num país com tantos prémios mundiais de arquitetura é uma paradoxal realidade, a requerer medidas de emergência à requalificação, dois outros fatores agravam esta situação do parque habitacional: o custo da energia em Portugal é em média superior à média da UE, e a vasta maioria da população continua ainda a ter rendimentos inferiores aos dos seus parceiros europeus.

Imagine-se as contas de eletricidade que se vão acumular nestes meses de inverno. Apesar dos 10% de desconto a serem pagos pelo Governo e da tarifa social que abrange uma parte da população, não é possível resolver o problema da pobreza energética em Portugal só acudindo às emergências. Sem medidas diretas para o recondicionamento térmico das casas, o problema não parará de se recolocar sucessivamente, seja pelo frio, seja pelo calor, que ainda é mais difícil de resolver. Ora acontece que as novas políticas comunitárias e algumas medidas específicas já transpostas para Portugal por via do Programa de Recuperação e Resiliência (€300 milhões nos próximos cinco anos) criam condições favoráveis a um rápido movimento de reorganização energética das habitações: dos painéis solares à água quente solar, passando pela renovação de caixilharias, pelas janelas duplas e pelo isolamento das paredes e coberturas.

Esta transformação do parque edificado para a eficiência energética é um objetivo explícito no Pacto Ecológico

Europeu, que inclui programas específicos de transição energética justa.

É preciso proceder a levantamentos sérios, pôr mediadores no terreno, e fazer tudo com eficácia e transparência

Disso falou explicitamente Ursula von der Leyen na abertura do Fórum de Davos na semana passada.

Este é um ponto particularmente sensível de justiça social e de responsabilidade democrática. Não é aceitável que medidas tão urgentes e necessárias possam ficar imobilizadas e escondidas por detrás dos pesados reposteiros da burocracia e dos seus mesquinhos e sofisticados procedimentos.

É que a nossa pobreza começa na falta de capacitação para chegar aos apoios e na invisibilidade dos sectores mais vulneráveis da população. É preciso proceder a levantamentos sérios, pôr mediadores no terreno, e fazer tudo com eficácia e transparência.

Uma medida urgente que não chega depressa a quem precisa é apenas um proforma cínico de administração governativa. O país é frio e húmido; mas também quente e seco. Mora em casas que não servem e que em breve estarão piores. É, além disso, pobre e vive desconfiado das burocracias, e com razão, aliás. Temos agora uma oportunidade única de corrigir alguns erros de uma assentada. A UE dá-nos meios para melhorar as casas e agasalhar quem precisa. Desperdiçá-los é indesculpável.